

Ciclo de Seminários

**Perspectivas
Do Desenvolvimento
Brasileiro**

Seminário II – junho de 2008

**Desenvolvimento, Estado e
Sociedade: as relações necessárias,
as coalizões possíveis
e a institucionalidade requerida**

**Marco Aurélio Nogueira
Francisco de Oliveira**

Governo Federal

**Ministro de Estado Extraordinário
de Assuntos Estratégicos** – Roberto Mangabeira Unger

Secretaria de Assuntos Estratégicos

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Administração e Finanças

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos Macroeconômicos

João Sicsú

Diretor de Estudos Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos Regionais e Urbanos

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos Setoriais

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Estanislau Maria de Freitas Júnior

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Projeto

Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro

Ciclo de Seminários

Desafios e Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro

Seminário II: Desenvolvimento, Estado e sociedade:

**as relações necessárias, as coalizões
possíveis e a institucionalidade requerida**

Marco Aurélio Nogueira

Francisco de Oliveira

Equipe Técnica

Coordenação

José Celso Cardoso Jr.

Equipe

Ricardo Luiz Chagas Amorim

Carolina Veríssimo Barbieri

Maria Vilar Ramalho Ramos

Carlos Henrique R. de Siqueira

Organização do Evento

Luiz Fernando Cortez

Andréa Ferreira da Silva

Natasha Sampaio

João Viana

Transcrição e Edição

Maria Vilar Ramalho Ramos

Carolina Veríssimo Barbieri

Carlos Henrique R. de Siqueira

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
DESENVOLVIMENTO, ESTADO E SOCIEDADE: AS RELAÇÕES NECESSÁRIAS, AS COALIZÕES POSSÍVEIS E A INSTITUCIONALIDADE REQUERIDA I Marco Aurélio Nogueira	8
DESENVOLVIMENTO, ESTADO E SOCIEDADE: AS RELAÇÕES NECESSÁRIAS, AS COALIZÕES POSSÍVEIS E A INSTITUCIONALIDADE REQUERIDA II Francisco de Oliveira	16
DEBATE: Marco Aurélio Nogueira e Francisco de Oliveira	22

APRESENTAÇÃO*

O IPEA elegeu a temática do Desenvolvimento Brasileiro – em suas mais importantes dimensões de análise e condições de realização – como o mote principal de suas atividades e projetos. Busca-se, com isso, retomar algo perdido desde os anos de inflação e crise, mas fundamental para qualquer país que almeje desenvolver-se: construir estratégias de desenvolvimento nacional em diálogo com atores sociais. Trata-se de projeto sabidamente ambicioso e complexo, mas indispensável para fornecer ao Brasil conhecimento crítico à tomada de posição frente aos desafios da contemporaneidade nacional e mundial.

Para tanto, foram delineados, de acordo com essa temática, sete eixos de atuação e pesquisa norteadores de todas as atividades do IPEA, a saber:

- Inserção internacional soberana;
- Macroeconomia do pleno emprego;
- Fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia;
- Estrutura produtivo-tecnológica avançada e regionalmente articulada;
- Infra-estrutura e logística de base;
- Proteção social e geração de oportunidades;
- Sustentabilidade ambiental.

A escolha da temática tem por objetivos primordiais:

1. enfatizar as atividades de planejamento de médio e longo prazo, propondo reflexões e diretrizes para o desenvolvimento econômico e social do país;
2. aprofundar a formulação, elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas;
3. apoiar a realização dos principais projetos e atividades governamentais, auxiliando na implementação de estratégias abrangentes e integradas;
4. criar novas metodologias de pesquisa e dar destaque ao estudo daquelas aplicadas em outros países; e
5. desenvolver sistemas de avaliação de políticas públicas com ênfase nos processos de inclusão social e de redução das desigualdades.

Frente a tamanhos desafios que estão colocados para a instituição, o Ipea vem realizando uma série de ações que vão desde o tratamento multidisciplinar dos temas pesquisados até a realização de um grande projeto denominado *Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro*. Este projeto pretende direcionar as preocupações do Instituto para a problemática do desenvolvimento nacional e seus desafios. Sua carga alcança estudos abrangentes sobre os eixos delineados acima, a realização de cursos temáticos e sobre ferramentas de planejamento e avaliação e, ainda, a realização de

* Versão preliminar sujeita a revisão.

um ciclo de seminários bimensais sobre pontos fulcrais ao desenvolvimento do país. Esse ciclo, chamado "Desafios e Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro" pretende ser uma plataforma de reflexão sobre as exigências e as oportunidades do desenvolvimento brasileiro, o que, para tanto, chama a colaboração de grandes nomes do pensamento nacional, debatendo assuntos de relevância estratégica para o país.

SEMINÁRIO I – "PERSPECTIVAS PARA O BRASIL NO CENÁRIO INTERNACIONAL"

O primeiro seminário, realizado em abril de 2008, abordou o tema "Perspectivas para o Brasil no Cenário Internacional", e contou com a presença do economista Paulo Nogueira Batista Júnior e dos embaixadores Rubens Ricupero e Flávio Helmold Macieira.

Rubens Ricupero chama atenção para grandes movimentos de longo prazo que afetam diretamente nosso futuro. A questão energética, marcadamente as descobertas de petróleo no país, os problemas oriundos do aquecimento global e, por fim, a transição demográfica no Brasil e no mundo. Suas preocupações revelam que, ou nos preparamos devidamente para esses mega-fenômenos ou perderemos oportunidades e mesmo enfrentaremos crises.

Paulo Nogueira Batista Junior observa que as chamadas economias emergentes vêm ganhando espaço significativo no âmbito internacional e chama atenção para essa nova configuração de poder que se delineia. Brasil, Rússia, Índia e China têm, pelo seu desempenho econômico, suas considerações cada vez mais ouvidas, e hoje não se pensa em acordos internacionais sem a participação dos BRICs. Todavia, esse quadro de destaque internacional destoa da visão que os brasileiros têm de si mesmos e do país que constroem. Segundo o economista, a despeito do pessimismo que impera internamente, o país está mais forte, é bem visto e tem um futuro promissor a ser construído.

Por sua vez, Flavio Helmold Macieira expõe os grandes desafios e avanços da diplomacia brasileira em meio às transformações recentes do quadro mundial. Contudo, sua fala chama antes a atenção para a necessidade de o Brasil ser internamente forte, coeso e justo para melhor posicionar-se mundialmente. Só a partir daí é que o país poderá reivindicar participação maior nos fóruns e debates internacionais e ser pró-ativo em favor dos seus interesses. No fim, fica claro que o cerne de todo o esforço deve ser o desenvolvimento, único caminho capaz de levar o Brasil a transitar da Periferia para o Centro da economia e do poder mundial.

Em suma, os conferencistas tratam da importância do Brasil no cenário internacional, enfatizando que o país conta com uma diversidade de recursos próprios que favorecem sua posição enquanto *global player*. Contudo, apontaram também a deficiência do país na elaboração de um projeto para o futuro. Nesse sentido, o planejamento de longo prazo, baseado em estudos e pesquisas em temas estratégicos, como infra-estrutura e matriz energética, configura-se como grande desafio a ser enfrentado.

**SEMINÁRIO II – “DESENVOLVIMENTO, ESTADO E SOCIEDADE:
AS RELAÇÕES NECESSÁRIAS, AS COALIZÕES POSSÍVEIS
E A INSTITUCIONALIDADE REQUERIDA”**

O segundo seminário, ocorrido em junho de 2008, e que agora reproduzimos, contou com palestrantes com o cientista político Marco Aurélio Nogueira e o sociólogo Francisco de Oliveira. Ambos tiveram como desafio refletir sobre as condições e as possibilidades de articulação entre o social, o político e o econômico para a construção de um projeto democrático de desenvolvimento.

Marco Aurélio Nogueira destacou que, após o esgotamento dos modelos desenvolvimentistas dos anos 50 e 60, baseados na corrida pelo alcance dos índices econômicos dos países desenvolvidos, um projeto de desenvolvimento com sustentabilidade terá obrigatoriamente que levar em consideração o social. Em sua visão, uma espécie de *pacto* torna-se então um elemento central e estratégico para a sua viabilidade e legitimidade. Nogueira alerta, no entanto, que a fragmentação do social e a crise da esquerda alijaram a sociedade dos canais tradicionais de expressão do descontentamento, tornando o vínculo entre o Estado e a sociedade ainda mais frágil.

Dessa maneira, para tornar-se exequível, um projeto de desenvolvimento deverá pensar também em maneiras de formar coalizões e colocar os pedaços estanques da sociedade em comunicação. Em outras palavras, as novas formas de institucionalidade que surgirão com os projetos de desenvolvimento deverão levar em consideração e reconhecer as novas formas de organização e sociabilidade daquilo que Nogueira denomina, parafraseando Zygmunt Bauman, de “vida líquida”.

Francisco de Oliveira, por sua vez, chama a atenção para as dimensões e a dificuldade do projeto que o IPEA se colocou. Ele faz questão de enfatizar que planejar políticas públicas ligadas ao desenvolvimento não é uma tarefa fácil, e nem sempre é o suficiente, pois planejar significa fazer escolhas ou, em suas palavras, discriminar. Em sua visão, em certo momento de nossa história, o Estado brasileiro optou por um paradigma de desenvolvimento baseado num modelo simples, com o objetivo de prover subsistência à população.

Embora tenha surtido efeitos consideráveis, o problema desse modelo, segundo o sociólogo, é que, quando bem sucedidas, tais políticas passam a sustentar e não mais a eliminar a pobreza, mantendo parte da população em níveis ínfimos de sobrevivência. Para Francisco de Oliveira, no entanto, o Estado e a sociedade não podem renunciar ao desejo de ir além desse patamar. Ele conclui alertando que um projeto de desenvolvimento para o nosso tempo, e para a complexidade de nossa sociedade, deve avançar em relação às conquistas civilizatórias já atingidas.

As reflexões de Marco Aurélio Nogueira e Francisco de Oliveira destacam a necessidade do estabelecimento de novos canais de entendimento entre Estado e sociedade para além das estruturas dos partidos políticos. Ou seja, formas de institucionalidade que consigam traduzir as expressões da imaginação social e seus anseios em relação à direção e ao caráter dos projetos de desenvolvimento. Conforme sugerem, a complexidade do cenário no qual tais projetos se apresentam hoje exige uma reestruturação da relação entre Estado e sociedade que tenha maior mobilidade, mais flexibilidade e que seja igualmente complexa.

DESENVOLVIMENTO, ESTADO E SOCIEDADE: AS RELAÇÕES NECESSÁRIAS, AS COALIZÕES POSSÍVEIS E A INSTITUCIONALIDADE REQUERIDA I

Marco Aurélio Nogueira¹

Eu vou tentar ir direto ao ponto e discutir exatamente o que o seminário anuncia: Estado, Desenvolvimento, Sociedade, Relações, Coalizões e Institucionalidades; eu faço isso não só por uma questão de ser disciplinado e corresponder a uma expectativa do convite, mas porque eu acho que a ementa do seminário, como o próprio título, são coisas perfeitas para discutir desenvolvimento. Porque todos nós sabemos, e eu não vou me estender nisso, que o desenvolvimento é um processo inevitavelmente complexo onde quer que ele seja delineado e implementado, sobretudo nesse período mais recente da história da humanidade.

Nós não estamos discutindo desenvolvimento espontâneo, mas estamos tentando discutir um desenvolvimento induzido pela sociedade e pelo Estado, conduzido, comandado pelo Estado. Então se é essa a questão, não há mesmo como abordá-la sem incluir relações, coalizões, institucionalidades. E eu tentei em nome disso me colocar uma questão que eu espero possa orientar a exposição; se o desenvolvimento que estamos discutindo é o desenvolvimento induzido, e se ele depende de uma série de requisitos para poder ser implementado, e se desdobrar em fatos realmente efetivos, nós enfrentamos de cara um problema que eu considero de natureza dupla: o primeiro, sobretudo pensando nas condições atuais, início de século XXI, me parece já suficientemente grandioso e desafiador, é o de se ter uma idéia de desenvolvimento, de que desenvolvimento se está falando? Acho que já chegamos a um ponto da discussão sobre desenvolvimento em que aprendemos a distinguir desenvolvimento de crescimento. Nós não estamos falando de crescimento, ainda que todo processo de desenvolvimento tenha, inevitavelmente, uma dimensão fortemente concentrada no crescimento da economia.

Nós estamos tentando então pensar desenvolvimento como um fato abrangente e complexo. E nós temos, justamente por isso, de partir de um denominador, de uma base, que é uma idéia de desenvolvimento. E me parece, logo de cara, que é uma coisa que não temos. Não temos hoje nas, “prateleiras” da sociedade, uma idéia consensual de desenvolvimento. Talvez nós não tenhamos isso até porque o momento que estamos hoje é particularmente dramático, porque o desenvolvimento é desejado e ao mesmo tempo, não é desejado.

Há muita gente que trabalha com uma idéia passiva de desenvolvimento porque valoriza ou enfatiza os altos custos que o desenvolvimento das últimas décadas

1. Marco Aurélio Nogueira é Bacharel em Ciências Políticas e Sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1972) e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1983). Pós-doutor pela Universidade de Roma, Itália (1984-1985). Livre-docente pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Atualmente é Professor Titular da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Araraquara e professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP PUCSP UNICAMP). É colunista do jornal *O Estado de São Paulo* e fez parte do grupo de organizadores da edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere*, de Antonio Gramsci (Record, 1999-2001). Recentemente publicou o livro *Potência, limites e seduções do poder* (UNESP, 2008) e *Temas éticos e políticos da gestão democrática* (Ed. Cortez, São Paulo, 2004).

implicou para a sociabilidade humana no mundo. Nós somos hoje herdeiros de uma fase de expansão do capitalismo que levou a humanidade aos portais da barbárie. Então, por que desenvolvimento? Será que nós, ao fazermos desenvolvimento, podem perguntar alguns, não estaríamos incentivando o prosseguimento dessa barbárie? Mesmo que falemos de barbárie entre aspas. Algo que está se apropriando de maneira indevida da natureza? Algo que não está promovendo a incorporação do social, algo que está produzindo, no curso de algumas décadas um aprofundamento dos abismos e das fraturas sociais e que está transformando a vida humana em uma usina produtiva sem intervalos. Então há na discussão hoje uma vertente que tem um forte apelo ético e político e que põe até mesmo em xeque a virtude do desenvolvimento.

Além disso, que me parece em termos proporcionais pequeno, mas que não pode ser desconsiderado, não há propriamente um consenso, entre os defensores do desenvolvimento, em relação ao que deve ser o desenvolvimento. Até muito recentemente, quando se falava em desenvolvimento se pensava em termos estritamente de ativação do mercado, ativação produtiva. Hoje eu não sei se esse discurso está desativado, mas seguramente ele está escamoteado. Semana passada, por exemplo, foi divulgado um relatório de crescimento patrocinado pelo Banco Mundial. Ali a idéia de desenvolvimento, seguramente, não é essa. Ela é um pouco mais sofisticada, ela já apresenta o desenvolvimento como tendo um conjunto de metas que não se reduzem à vida econômica, são mais abrangentes do que a vida econômica. Do mesmo modo que ali é reconhecido de maneira atípica, em função das últimas décadas, uma importância, uma relevância estratégica para o Estado. Então a idéia de desenvolvimento hoje sugere, de fato, algum tipo de convergência no sentido de evitar a sua limitação à dimensão econômica. Mas o modo como a economia e as outras coisas são concatenadas nos projetos de desenvolvimento que são apresentados é algo bastante diversificado. Por isso não poderíamos partir do pressuposto que existe um consenso preliminar para discutir desenvolvimento. Então nós temos uma dificuldade de início quando pensamos em desenvolvimento em termos políticos, em termos públicos, para a sociedade, em se ter uma idéia básica de desenvolvimento, daquilo que a gente poderia chamar de projeto de desenvolvimento. Mas isso é apenas a primeira parte do problema, e não me parece a parte mais complicada. Atrapalha bastante, mas se houver continuidade na discussão, é provável que se consiga avançar em relação a esse projeto de desenvolvimento, pelo menos nas suas formulações mais gerais.

O problema me parece ser mais grave quando pensamos no segundo requisito básico de um projeto de desenvolvimento, que é a existência de uma articulação social favorável a ela, aquilo que poderíamos chamar, para economizar algumas palavras e introduzir uma expressão que convida à polêmica e à reflexão, que é ter na base desse projeto um pacto social de tipo desenvolvimentista. Então se juntarmos as duas faces do problema, entramos num ambiente extremamente complicado para se fazer a discussão. Acho que essa questão fica mais agravada, ganha uma dramaticidade extra, porque qualquer que seja o projeto, em linhas de detalhes que venhamos a ter para pensar o desenvolvimento, ele não poderá excluir nem o social, ou seja, os ganhos sociais do crescimento, nem a sustentabilidade. São dois limites a qualquer idéia de desenvolvimento que queira disputar a legitimidade na sociedade, que tenha pretensões hegemônicas e possa angariar defensores, militantes, e possa contar com

um eventual sacrifício de uma parte da sociedade. Evidentemente, não podemos partir de uma perspectiva inocente e ingênua de achar que todos serão igualmente beneficiados ao mesmo tempo com um projeto de desenvolvimento. Haverá, até mesmo porque a nossa sociedade é, cada vez mais, estruturalmente heterogênea, ganhos e perdas nesse processo. Então será sempre difícil angariar os diferentes apoios e suportes.

Se o quadro no qual o desenvolvimento se apresenta inevitavelmente como uma proposição complexa em si, então esse quadro exige um pacto social igualmente complexo, que tenha não só algum tipo de vertebração, mas muita flexibilidade na sua agenda e muita generosidade ética e política.

E eu vou tentar concentrar minha exposição numa tentativa de complicar o argumento do pacto social para dizer o seguinte: até por ele ser, em minha opinião, desesperadamente estratégico, o pacto social hoje é uma operação de viabilidade altamente discutível. E isso é assim por condições estruturais que tem haver com a vida que nós estamos sendo levados a viver. Se nós queremos pensar no desenvolvimento temos que ter uma reflexão sobre a idéia de desenvolvimento e também uma reflexão sobre o poder, uma teoria da sociedade, uma sociologia e um projeto de sociedade. A teoria da sociedade, nós talvez até tenhamos, mas a reflexão sobre o poder eu acho que nós não temos. E o projeto de sociedade nós também não temos e eu suspeito que, neste mundo, nós não poderemos ter.

Então ficamos em uma situação delicada, difícil e, talvez, ótima para os intelectuais que se sentem inteiramente à vontade para especular sobre o futuro do mundo, sobre os passos, agindo normativamente, que é, sob meu ponto de vista, a praia mais deliciosa do intelectual, dizer como as coisas devem ser, ou como elas não podem ser.

Creio ser difícil reunirmos o fundamental, que são boas condições para um pacto social de tipo desenvolvimentista. Eu acredito que existam várias coisas. A primeira coisa é o seguinte: uma linha que eu chamaria da dificuldade básica é que nós vivemos numa era de esgotamento, crises e ausência de projetos de modo generalizado. Esgotamento do quê? Eu diria que, antes de tudo, esgotamento da idéia de desenvolvimento que fez a fama do capitalismo. Eu acho que essa idéia de desenvolvimento continua sendo reproduzida, talvez esteja no âmago dos projetos, das idéias desenvolvimentistas que trafegam por aí, no mundo, no Brasil, aonde quer que seja. Ou seja, esse desenvolvimento agressivo, como fala o relatório do Banco Mundial, que eu tive a paciência de ler, ou a idéia de desenvolvimento que admite a ditadura do desenvolvimentismo, que fala em *catch up mentality*, a mentalidade de você correr atrás. Como se fosse razoável imaginar que exista um padrão desejável nos países mais desenvolvidos que deve ser perseguido por todos os povos. Enquanto nós não tivermos uma renda per capita de 75 mil dólares por ano nós seremos infames, não teremos chance no mundo, PIBs de não sei qual grandeza e assim por diante. Então essa idéia continua a ser apresentada, mas ela me parece esgotada. Ela não obterá por si grandes apoios no plano das diferentes sociedades.

Eu acho que ela está esgotada, assim como está esgotada também a solução neoliberal para as crises da economia capitalista das últimas décadas. Essa solução, que tentou ser uma intervenção para manter viva a idéia de desenvolvimento do

capitalismo, também continua sendo reproduzida hoje, mas perdeu consensos importantes, e está sendo obrigada a introduzir nela próprias reformulações que, otimisticamente, em médio prazo, possa vir colocar em xeque a proposta neoliberal.

Pensando na linha do esgotamento, esgotou-se também a idéia desenvolvimentista que fez a glória dos países periféricos nos anos 40, 50, 60, etc. Um desenvolvimento unilateralmente induzido pelo Estado, forte, substitutivo de importações, nacionalista, etc. Esse é um plano de esgotamento. Na minha visão, que não é a visão de um especialista em desenvolvimento, não vamos conseguir extrair muita coisa da repetição, mais ou menos mecânica, dessas idéias de desenvolvimento.

O plano da crise eu vou reduzir a apenas um elemento, ainda que eu pudesse estendê-lo bastante, que é a crise da esquerda. Por que é que eu vou dar uma importância muito localizada à crise da esquerda? Porque a esquerda foi nos últimos, vamos chutar... 150 anos, o motor da unidade política da sociedade. Foi a esquerda que promoveu as agregações virtuosas na sociedade. Não foram os liberais, que não tem capacidade ética e doutrinária para fazer isso. Não foi evidentemente a direita, ainda que a direita tenha organizado a sociedade, ajudado a organizar, pela natureza organicista da direita. Foi a esquerda que conseguiu dar algum tipo de tradução política para a insatisfação social, para a organização do protesto, do conflito. E se esse personagem entra em crise, praticamente, ele despoja a sociedade dessa capacidade de traduzir politicamente a insatisfação. E com isso as sociedades ficam sem o poder de produzir sínteses, ela fica flutuando entre as suas contradições sem que isso gere novas soluções, ou uma nova forma de Estado, de comunidade política. Então a crise da esquerda me parece hoje evidente, para dizer o mínimo, e não é evidente apenas no Brasil, é um fenômeno mundial. Ela complica bastante a montagem de qualquer arranjo social, de qualquer coalizão que tenha no horizonte um desenvolvimentismo, ao meu modo de ver, de novo tipo, muito mais flexível e generoso do que qualquer outro do passado.

Eu acho que o tipo de sociedade no qual vivemos é uma sociedade que não se caracteriza pela passividade, é uma sociedade que verbaliza a insatisfação com bastante frequência, tanto verbaliza no sentido literal como também no metafórico. A insatisfação está evidente na vida de hoje. Ela apenas não é politicamente organizada porque essa sociedade é despojada desse personagem capaz de fazer as devidas sínteses. Não é, evidentemente, despojada em absoluto, mas em um nível suficiente para atrapalhar bastante o processo político e social. Poderíamos ficar discutindo um bom tempo sobre este ponto, mas eu vou deixá-lo registrado com um sinal de gravidade.

E por último - na linha "esgotamento-crise-ausências de projetos" - nós estamos vivendo em uma época de ausência de projetos nacionais, não apenas pela crise da esquerda, mas também pelo modo de ser do capitalismo globalizado e desse modo de produção "capitalista-informacional-tecnológico"; esse estilo de vida que se espalha rapidamente pelo mundo, nós estamos tendo poucas condições de encontrar elementos para produzir projetos nacionais.

Primeiro porque unidade nacional, hoje, me parece, em uma visão otimista, mais uma meta do que um dado de realidade. Não existem unidades nacionais dadas, elas existem, eventualmente, como desejos ou algo a ser construído, conquistado, obtido com o passar do tempo, e nem sempre com uma dose de confiabilidade alta.

Isso porque o mundo que está se organizando diante de nós, repetindo um sociólogo polonês que eu leio bastante, o Zygmunt Bauman, é um modo de vida líquido e fluante.² Esse modo de vida complica barbaicamente qualquer esforço de unificação, ele poderia servir de “cavalo” para que eu entre em outro ponto que me parece merecedor de algum tipo de destaque.

Nós somos brasileiros e estamos sendo levados, obrigados, de boa ou má vontade, tanto faz, a entrar no mundo da vida líquida. E, por favor, eu não estou pedindo para ninguém concordar com a metáfora da vida líquida, eu só estou usando porque me parece sugestiva, não irei entrar no mérito epistemológico das proposições do Bauman porque não é o caso. Mas estamos entrando na vida líquida, estamos ficando super modernos, estamos nos intoxicando de tecnologia, de velocidade, de rapidez. Estamos nos individualizando porque isso é a vida líquida, a individualização. Estamos também nos democratizando em termos comportamentais, em termos sociais. Estamos questionando as autoridades, a ordem, a hierarquia, problematizando as instituições. E aí, nessa linha, nós podemos pensar em vantagens e desvantagens da vida líquida.

O problema é que nós estamos entrando na vida líquida em condições periféricas, pagando o custo do legado colonial, autoritário que, nos é típico. Ou seja, nós estamos nos tornando líquidos sem deixarmos de ser pobres, com taxas de exclusão e miséria muito altas, o que seguramente produz uma química, no meu modo de ver, altamente explosiva, que só não explode de fato em uma guerra civil, exagerando um pouco, porque não tem elos de ligação, porque não tem personagens que politizem isso. Mas a situação é explosiva no sentido até passivo, se é possível pensar numa explosividade passiva, de conspirar justamente contra a elaboração de projetos, de pactos, de unidades, de organizações, da fixação de instituições que sejam capazes de comandar minimamente a ordem social.

Então eu acho que essa condição de super modernidade periférica é a base do nosso dilema hoje em dia. E eu digo dilema, até mesmo porque acho que vale à pena explorar as coisas positivas que existem na super modernidade, essa liberação dos indivíduos, essa conversão dos indivíduos em pólos ativos da sociedade, com alguma indiferença institucional, com algum desrespeito organizacional. É uma coisa que pode produzir vida comunitária de novo tipo. Assim como a alta reflexividade nesse mundo, a facilidade de manusear informações, de estabelecer comunicações, de interagir com os demais. Não há como negar que isso é um recurso importante, assim como a democratização, ela é real, aquilo que ela está promovendo nas células básicas da sociedade, na família, na escola, aonde quer que seja. É uma coisa que tem um norte emancipador. Então daria para fazermos um discurso sobre a super modernidade, essa modernidade radicalizada, com um registro positivo.

Agora, há o outro lado, que é o lado que ganha proeminência quando entra em contato com a miséria e que dá origem a uma série de coisas que causam ou espanto ou horror entre nós, como por exemplo, a sofisticação do crime. O crime hoje no

2. Zygmunt Bauman, sociólogo polonês radicado na Inglaterra, define a vida líquida como a forma de existência contemporânea marcada pela mercantilização das relações, caracterizada pela fluidez, incerteza, fragmentação e precariedade (Bauman, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007).

Brasil só é sofisticado, no meu modo de entender, porque tem essas duas portas: a modernidade radicalizada e a miséria. Isso somando dá igual ao PCC em São Paulo, utilizando um exemplo fácil. Evidentemente isso pode ser discutido, mas para mim é um exemplo emblemático. Então esse é um problema que nós temos que incluir em uma agenda dedicada a discutir o desenvolvimento.

Em condições de modernidade radicalizada na periferia, de esgotamento dos modelos, de crise da esquerda e de ausência de projetos de tipo nacional, ou o que seja, como é que nós podemos pensar em desenvolvimento num registro complexo e sofisticado, como é qualquer idéia sustentável de desenvolvimento? Eu acho que se nós mergulharmos na defesa de um projeto de desenvolvimento que não traga consigo uma solução, ou pelo menos, um equacionamento para esses problemas de base, nós poderemos assistir a um longo ciclo desenvolvimentista no final do qual haverá apenas melhorias das condições da economia e do mercado, e poucos ganhos sociais, poucos ganhos em termos de comunidade política no sentido autêntico dessa expressão.

Então a questão que eu gostaria de enfatizar como desfecho é: como é que nós podemos pensar em desenvolvimento sustentável? Eu não tenho certeza sobre o que vou falar, até porque nunca foi objeto de pesquisa, mas eu arriscaria explorar duas coisas: uma, que não está entre essas duas, mas me parece básica, é caprichar na formulação de uma idéia de um desenvolvimento, isso me parece um dado básico.

Mas a primeira, das duas coisas que eu queria falar é o seguinte: temos que pensar em desenvolvimento sustentável excluindo a centralidade unilateral do Estado. Encontrando um modo de pensar coalizões que efetivamente liguem pedaços da sociedade, não pedaços do Estado como são os partidos políticos. Os partidos hoje, concretamente, na vida brasileira, eles expressam algumas partes do Estado, mas não expressam, efetivamente, pedaços da sociedade. Então nós teríamos que pensar em coalizões que mantivessem, evidentemente, o aparelho do Estado, uma idéia de Estado no centro, mas que não se limitasse a isso. Que trouxesse para o palco do projeto de desenvolvimento, forças sociais que não estão necessariamente representadas no aparelho de Estado ou no sistema político do país. Como fazer isso? Eu não tenho a mínima idéia. Eu não sei nem se essa idéia é razoável, mas se for razoável, como ela vai ser operacionalizada eu não sei.

Eu acho que nós teremos que esquentar um pouco nossas cabeças, ou pelo menos eu, porque eu não sei (pode ser que outras pessoas saibam como é que nós fazemos isso) como é que trazemos para o palco da discussão pedaços da sociedade que parecem ter dificuldade para se agregar. Porque a sociedade cuja constituição nós estamos assistindo é uma sociedade de indivíduos, não é uma sociedade de classes, ainda que as classes funcionem, continuem funcionando para várias coisas. Mas os indivíduos estão soltos das classes, estão soltos dos grupos de referências, das organizações, ainda que estejam ligados a elas.

É meio paradoxal, mas nós vivemos em uma sociedade hiperfracionada e muito conectada. Está todo mundo ligado, todo mundo encaixado, mas onde estão as taxas de lealdade? Onde estão as obediências às pautas institucionais? Obediência é uma palavra desconfortável. Podemos substituir por outra mais simpática.

Mas como nós vamos produzir algum tipo de ingresso organizado dos pedaços de uma sociedade, que se está convertendo em uma sociedade de pedaços que são indivíduos, que formam muitas vezes grupos fugazes, com os quais eles mais compartilham desejos do que pautas de ação? Então é um exercício complicado esse de falar: nós precisamos de um desenvolvimento que seja estatal, que tenha uma dose expressiva de condução do Estado, dos seus aparelhos, dos seus aparatos de intervenção, mas que não se reduza a isso. E que produza e que traga consigo coalizões que sejam supra-estatais, acho que podemos dizer isso sem criar uma figura meio confusa. Temos que trazer esses pedaços de sociedade, encontrar um jeito que pode ser através de uma interação pelos circuitos midiáticos, pelo circuito educacional. Ou seja, as instituições com as quais nós poderemos pensar em desenvolvimento terão que ser mais amplas do que as instituições políticas, ou para chutar um pouco o pau da barraca, podemos melhorar muito o sistema político brasileiro, podemos reformar o sistema eleitoral, mas eu não acho que isso vá resolver nada do nosso problema.

Eu acho que resolvemos mais quando melhoramos o sistema educacional. A institucionalidade mestra, hoje, do desenvolvimento é o sistema educacional, a comunidade acadêmica, científica. Essa área que não é sistema político - pode interagir com o sistema político, pode participar dessa coalizão maior do que a coalizão promovida pelo aparelho do Estado, e que pode seguramente dar uma institucionalidade forte para o desenvolvimento - mas essa é uma institucionalidade que terá que ser não apenas criada, mas educada para vivenciar isso. Porque, por exemplo, a institucionalidade no que diz respeito à educação, ela está dada, ela está criada, mas não está educada para o desenvolvimento, no meu modo de entender, e evidentemente considerando as eventuais exceções.

Existe a institucionalidade, mas ela não está preparada para isso. Acho que ela não está preparada para isso por várias coisas, desgraças que vem do passado, desgraças que podem ser atribuídas aos governantes ao longo do tempo, incluem-se os de plantão também, que devem ser atribuídas também ao Estado e à organização das escolas. Porque ali também há um mundo de dissonâncias, é aquele mundo que eu chamo meio provocativamente, eu tenho pretensão de converter isso em um conceito, de sofrimento organizacional; ali, nos ambientes organizados, há muito sofrimento; tudo é muito difícil, tudo tem um preço, um custo muito alto, e um rendimento muito baixo, insuficiente, portanto, para produzir lealdades. Magnetizar as pessoas em torno de algumas coisas que tenham a ver, chamemos assim, de bem comum.

Hoje o palco das organizações também está individualizado e todo esforço para superar isso é altamente custoso e demorado. Nós vivemos um momento muito paradoxal no mundo, e nós temos que, de algum modo, trazer isso para cá, mesmo que ele, que é o meu caso, não entre com uma dose de esclarecimento muito grande. Eu estou compartilhando, portanto, mais a minha ignorância do que a minha eventual sabedoria.

Eu acho que esse mundo que está entrando e que está se convertendo no nosso estilo de vida é complicado, ele tem vantagens e desvantagens, mas ele está roubando da sociedade as chances que ela tem de se agregar em torno de algumas idéias, como por exemplo, a idéia do desenvolvimento. Essa situação também está tirando, é uma

consequência lógica do que eu falei, a possibilidade que os governos têm de governar. A ausência de governo que nós temos, ou os erros de governo que nós temos, não são apenas provenientes da incompetência dos governantes, por mais que ela possa ser denunciada, elas são coisas que derivam da estrutura da vida. Tanto que se nós ficarmos hipoteticamente trocando os governantes, eu não acredito que teremos ganhos substantivos em termos das políticas públicas. Elas serão mais ou menos as mesmas, e terão mais ou menos os mesmo resultados, porque hoje o poder tem menos poder, o poder político tem menos poder, ele é o tempo todo atropelado pelo poder da economia, pelo poder dos indivíduos, e isso complica barbaramente a organização da vida coletiva.

É paradoxal porque ao mesmo tempo em que nós podemos registrar esse gargalo, podemos perceber uma série de coisas interessantíssimas acontecendo e mostrando certa ativação de novo tipo na vida. Essa ativação que está reinventando o protesto, o conflito, as formas de contestação, de confrontação. Nós estamos no começo deste espetáculo, e no começo dos espetáculos históricos, todas as coisas tendem a ganhar um grau de imprecisão, uma dificuldade muito grande de tradução em termos de comunidade. Eu acho que talvez aí esteja o impasse maior de uma discussão a respeito do desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO, ESTADO E SOCIEDADE: AS RELAÇÕES NECESSÁRIAS, AS COALIZÕES POSSÍVEIS E A INSTITUCIONALIDADE REQUERIDA II

Francisco de Oliveira³

Eu vou direto ao ponto: eu não queria estar na pele do IPEA, isto é, a de um autor em busca de um personagem.⁴ Um autor tecnicamente preparado em busca de um personagem, que é o desenvolvimento. Isso é uma situação extremamente custosa, desconfortável, como talvez nunca tenha se apresentado na história brasileira, exatamente pelas razões que Marco Aurélio tão bem cercou e explicitou, pelo que ele chamou, tomando emprestado de Zygmunt Bauman, de vida líquida.⁵ Essa vida líquida tornou-se um enigma e esse enigma come vocês diariamente.

Como começou tudo isso? Não é uma história muito longa. No Brasil temos mania de remeter para o passado, lá na escravidão, mas não foi não. Isto se passou aqui, há trinta anos vem se desenvolvendo e tem um ponto de inflexão. Esse ponto foi a destruição da capacidade do Estado brasileiro; se situa na transição de Fernando Collor para Fernando Henrique. É aí que foi dada uma paulada fundamental que desmontou as estruturas do Estado. Aquele enorme esforço institucional, histórico, que custou vidas, que custou gerações e que não foi fácil, foi desfeito de um momento para o outro.

Daí a consequência importante que as políticas subsequentes do governo Lula só podem ser da vida líquida, que elas só podem ser funcionalização da pobreza, ser Bolsa-família e outros 'quetais' para tentar transformar esse líquido em algo concreto. O projeto Lula teria sido outro se as condições do Estado brasileiro não tivessem sido despedaçadas naquele momento. É claro que tem haver com a internacionalização, com a globalização, com todos esses processos. Aí tem um ponto de inflexão fundamental, porque aquele fantasma que havia sido materializado por séculos de história nacional, esforços desesperados de conseguir chegar ao padrão para o qual nos apontavam que os países deveriam ir. E o trágico no capitalismo é que devem ir mesmo, senão você fica jogado ali onde só há choro e ranger de dentes, senão você fica na vida líquida. Se não tentarmos alcançá-los, essa é a tragédia, aí seremos reduzidos a uma Índia de menores proporções. Já somos quase, as nossas cidades já são acampamentos. Elas não são mais cidades, elas são acampamentos onde cada um faz o que pode à custa do outro, porque a característica do sistema capitalista, como ele divide a sociedade, é que, ao contrário do que pensávamos, nós socialistas,

3. Francisco de Oliveira é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (1956), com especialização em Desenvolvimento Econômico pelo Banco do Nordeste do Brasil (1956), doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1992) e pós-doutorado pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (1984). É professor aposentado do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Foi um dos fundadores do Cebrap e do Partido dos Trabalhadores. Atualmente é coordenador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania - Cenedic - da USP. Publicou, entre outros, os livros: *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (Boitemto, 2003), *Elegia para uma re(li)gião* (Paz e Terra, 1993) e *Os sentidos da democracia*, em colaboração com Maria Célia Paoli (Vozes, 1999). No ano de 2006, foi-lhe concedido o título de doutor "honoris causa" por iniciativa do Instituto de Economia da UFRJ.

4. O autor faz referência a obra de Luigi Pirandello intitulada *Seis personagens em busca de um autor*.

5. Ver nota número 2.

internacionalistas de longa data, de cem anos atrás, a miséria só rouba do miserável, não rouba do rico. O crime só se dá entre os miseráveis, não se dá do miserável para o rico. Então essa sociedade líquida, ou uma sociedade de exceção,⁶ como diria Agamben, ela perpetra essa perversidade.

A construção do Estado nacional desenvolvimentista sem recursos foi um esforço para sair daquela situação e tentar construir uma sociedade onde os destinos não fossem desse indivíduo líquido. Isso foi detonado e tem conseqüências muito sérias para decifrar esse enigma. Porque planejar... eu também já passei por cursos de planejamento, sou mais velho do que vocês e sou calejado. Tem um comercial do PPS que diz: planejando dá certo! Doce ilusão! Doce ilusão! Planejar não é nada do que aprendemos nos manuais de planejamento. E eu fiz dos bons! Eu segui o que de melhor o pensamento latino-americano criou no século XX. Mas planejar não é nada disso.

Planejar é escolher, planejar é, usando uma palavra mais forte, discriminar. Você tem que discriminar, e discriminar contra alguém e a favor de alguém. E a vida líquida torna impossível você discriminar e escolher, porque se trata exatamente de indivíduos líquidos e não há escolhas. O Estado se dedica a uma tarefa impossível, que é exatamente, seguindo essa pauta, de atender a cada indivíduo. É impossível! Aí se multiplicam as ONGs, os programas focais, nenhum deles chega ao alvo, nenhum deles consegue o objetivo, que é retirar o indivíduo da vida líquida, nenhum deles consegue.

Pelo contrário, se cria um efeito perverso pelo qual o que você faz é para manter a pobreza, não é para eliminá-la. É para mantê-la em níveis razoáveis, em níveis decentes. Vou usar uma coisa muito forte: é para, como diz o presidente Lula, dar um prato de comida a cada um. Isto é o fim da picada! Isto o Estado realmente não pode fazer a não ser recriando, não o indivíduo, mas os grupos. Recriando de alguma maneira as coletividades através das quais, e pelas quais, a ação universalizadora pode atuar e chegar a resultados.

Ao longo dos últimos anos, qual foi a única redução da desigualdade que se operou no Brasil? Os estudos do IPEA dizem, só os benefícios da seguridade social conseguiram esse objetivo, nenhum outro. Nenhum dos programas focais, nenhum dos programas funcionais conseguiu o mais medíocre resultado. Só aquele que realmente saiu do estado líquido e atacou de frente o problema, que é o lugar deste indivíduo na classe nesta sociedade. Não houve nenhum outro resultado, nem pelo salário real direto, nem pelas outras atividades de benefício, só ali onde a sociedade em períodos passados se organizou não para socorrer, porque esse é outro mito perigoso que já devíamos ter aprendido com Keynes, a teoria geral está fazendo 70 anos. Pelo amor de Deus! Pensar que o social está fora da economia! Quando eu vejo os ministros, de Fazenda e outros falarem uma bobagem destas... O social tornou-se no capitalismo contemporâneo a partir dos anos 30, a alavanca estrutural da economia. Qual é o segundo orçamento da República? É possível considerar a Seguridade Social com o segundo orçamento da República como algo fora da economia? É a alavanca fundamental da economia, muito mais do que o setor

6. O filósofo italiano Giorgio Agamben, seguindo a trilha de Walter Benjamin em suas "Teses sobre a História", defende a idéia de que o estado de exceção, aquele no qual a normalidade jurídica é suspensa, ou seletivamente empregada pelo poder soberano, tornou-se o paradigma político dominante do mundo contemporâneo (Agamben, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.)

privado, muito mais! Mas a paulada que desfez essa estrutura tornou o enigma mais difícil, mais estranho e, redundantemente, mais enigmático.

Quais são as forças a quem você deve beneficiar? Contra quem você deve discriminar e a favor de quem você deve escolher? E nós continuamos seguindo modelos e pistas de baixa complexidade quando é o contrário que se deve fazer. Nós temos que trabalhar com os enigmas mais complexos e não com os mais fáceis. É fácil nomear os atores que estão na cena social e econômica brasileira. Eu posso dizer do alto da minha indignação que foram os banqueiros, o agronegócio. Tudo bem, e daí? O que é que eu faço? Como eu discrimino? Como eu escolho? Até porque estão tão emaranhados. É uma característica do capitalismo contemporâneo que você pode dar a paulada na cabeça de um e acertar o outro, naquele que você não queria acertar. Portanto não se trata de reduzir a modelos simples, mas tratar a questão com uma nova complexidade. É uma sociedade líquida, mas altamente complexa, da qual não é fácil discriminar, não é fácil fazer escolhas, que é toda a tarefa do planejamento. Sabemos distinguir os interesses? Dificilmente!

O capitalismo contemporâneo no Brasil operou aquilo o que os outros perseguem há séculos. Operou o milagre de que os interesses da fração da classe trabalhadora organizada coincidem hoje com o grande capital. Como isso se faz? Onde isso se fez? Onde esses interesses coincidem e se reforçam? Nós fizemos, o Brasil fez. Pode se erguer esse galardão mais alto do que a bandeira que está na Praça dos Três Poderes. Os interesses de uma fração organizada dos trabalhadores são os mesmos do grande capital através dos fundos de pensão. É simples: chega um projeto no BNDES, no seu Conselho de Administração, no qual tem assento as centrais sindicais, e o projeto vai para apreciação dos conselheiros. O projeto é para, digamos, homenagear o “Caldo Maggi”⁷, para expandir o agronegócio no Mato Grosso. Vai para julgamento, estão lá os conselheiros das centrais sindicais, e aí eles vão decidir em torno do seguinte dilema: se eu negar esse projeto, as ações dos fundos que fazem parte do portfólio do meu fundo de pensão podem não se valorizar, se eu aprovar elas certamente vão se valorizar, mas eu mato 50 índios, desemprego 200 camponeses. Pra onde devo decidir? Ele decide, inevitavelmente, a favor pelo projeto que dá a maior taxa de retorno. É fatal! E se não fizer isso é um mau gestor. Se fizer, é um assassino. Esse é o dilema.

O fantasma tornou-se mais espesso, mais confuso, menos delineado, não se vê as faces. Isso cabe às decisões que os governos tomam todos os dias, decidir sobre isso. Não está se decidindo sobre as bobagens que preenchem a pauta de trabalho do Congresso. Está se decidindo sobre questões reais que afetam o cotidiano. Como disse o economista Luiz Gonzaga Beluzzo: “fenômeno interessante é que não é o Estado que perturba a economia, é a economia que perturba o Estado”. É o inverso! E na velha piada infame, neste caso, é o rabo que balança o cachorro! Como assim? O maior escândalo, quando eu ouvia os comentários durante a crise política de quatro anos atrás, para mim era um escândalo, era que todos os comentaristas, todos os âncoras de televisão, toda a imprensa era unânime em dizer: “esta crise, qualquer que seja o seu desfecho, não deve afetar a economia.” Ora! Uma crise política que não afete a economia. Não tem mais o que fazer! Pois a política é exatamente a invenção

7. O autor faz um trocadilho com o nome de Blairo Maggi, governador do Mato Grosso.

grega fundamental através da qual você corrige as assimetrias que a economia cria. Isto é que é política! Política não é fofoca de Renan Calheiros. Política é decidir sobre isso. Ora, se você retira da política essa capacidade, não há mais política. Acabou. É isso o que Marco Aurélio estava tentando nos dizer. Anula-se a capacidade da política e, portanto, o enigma permanece: como planejar? O que escolher? O que hierarquizar? Não sabemos mais.

A sociedade ganhou em complexidade. Para Juscelino Kubistchek, o herói dessa cidade, era fácil discriminar. Aqui no cerrado era um imenso vazio, as lacunas do setor industrial eram visíveis e enormes, era relativamente fácil. Assim mesmo, cuidem bem, custaram-lhe três tentativas de golpe de Estado. Mesmo sendo fácil escolher, mesmo sendo fácil discriminar. Imagine hoje com essa teia de interesses extremamente emaranhada e que se reforça e que, na verdade, expulsa o Estado das decisões. Aí não dá outra, nesta sociedade líquida, o que sobra ao Estado é aquilo que Agamben chama de “a vida nua”⁸. O que sobra é socorrer os pobres do extremo da linha. O que sobra é não deixar que morram de fome no extremo da linha. Mas resgatá-los, retirá-los da pobreza não é mais tarefa do Estado. O Estado renunciou e nós renunciamos a isso. Nós renunciamos através de nossas ações e de nossas opções. Este é o dilema real.

O Brasil cumpriu a missão de fio a pavio. Esta é, certamente, depois da Índia, a sociedade com organização democrática mais completa. Temos tudo. O Brasil cumpriu tudo, tem instituições políticas notáveis, firmes. O eleitorado brasileiro paradoxalmente cresceu enormemente devido à obrigatoriedade de votar. E a Folha de São Paulo me vem com essa besteira neoliberal de que o voto deve ser livre, de votar quem quiser. Wanderley Guilherme mostra como, sistematicamente, a democracia brasileira cresceu, expandiu-se. Você pode votar hoje no Maranhão além da opção de Sarney ou Sarney. Quem fez isso? O crescimento do eleitorado brasileiro. O crescimento da democracia brasileira, a fundamentação das instituições democráticas do Brasil. De forma que cumprimos a lição de casa perfeitamente. Temos todas as instituições necessárias para um bom funcionamento da sociedade e da economia. Só não temos o personagem, só falta ele. Porque este está sendo roubado pelo predomínio da economia. Enquanto todos os ministros, qualquer funcionário da União pode ser processado, o presidente do Banco Central não pode. Ele ganhou estatuto de ministro para quê? Para blindar a economia. Para quê? Para retirá-lo da ação política ao alcance dos cidadãos.

E o nosso ministro da Fazenda, que é um homem honrado, devo dizer logo de saída, alguém pode pensar que eu estou aqui com ressentimento, propôs o Fundo Soberano⁹. O que quer dizer Fundo Soberano? Você aprende com Bertold Brecht: leia pelo avesso que a verdade sai! Fundo Soberano quer dizer investir na soberania

8. Agamben define como vida nua, a vida pura, isto é, a simples vida, desprovida de todos os seus atributos políticos. A vida nua, *zoé* para os gregos, se contrapõe ao *bíos*, a vida qualificada, aquela exercida dentro dos muros da *polis* (Agamben, Giorgio. *Homo sacer I. O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2003).

9. “Os fundos soberanos, também conhecidos como *Sovereign Wealth Funds* (SWF) ou Fundos de Riqueza Soberana (...) são, pois, um patrimônio em moeda estrangeira, em geral aplicado fora do país. Administrados por organismo estatal, geralmente são utilizados no apoio à produção nacional ou em projetos internacionais de interesse do governo que os detêm.” (Bello, Teresinha da Silva. “Um fundo soberano brasileiro: É o momento?”. Texto para Discussão FEE no. 25, janeiro de 2008).

dos outros. O Fundo Soberano sai do alcance dos cidadãos. Ele vai estar no exterior para ações no exterior. É retirar de novo uma parte importante do PIB brasileiro do alcance dos cidadãos. É isso o Estado da vida líquida. Aí você desmonta o pouco que a sociedade conseguiu duramente construir para sair de uma vida líquida pretérita, anterior, onde era cada um por si, e me desculpem os crentes, e Deus contra. Agora nós voltamos a isso. A confusão é tão grande que um diz que é para uma finalidade e o outro diz que é para outra. O ministro da Fazenda, o presidente do BNDES e o presidente do Banco Central, ninguém se entende a respeito do Fundo Soberano. Mas não tenham dúvida que ele será criado. Vai tirar uma parcela a mais da riqueza brasileira produzida pelo conjunto da sociedade das decisões políticas que dizem respeito a ela. Uma espécie de culminação desse processo glorioso.

É fácil hoje discriminar, portanto, planejar. Todas as lacunas anteriores foram preenchidas, mas falta o personagem. Esse personagem cabe à institucionalidade política também, largamente completada, sobretudo completada como no Ocidente, quando entrou para valer na arena política o partido de massas, enquanto isso a democracia brasileira era algo como perfume francês, uma coisa exótica. Mas entrou para valer o partido de massas na arena política e aí começou a democracia, portanto, havíamos completado a estrutura política necessária para essas coalizões, para essas escolhas, e aí de repente nos escapou das mãos, foi-se por entre os dedos. Como explicar isso?

Explica-se, primeiro, devido ao fato de que a estrutura fundamental que suportava o projeto desenvolvimentista brasileiro, sem vergonha e sem reboços, foi para o espaço, ele foi detonado. Reconstruí-lo não é fácil, nem necessário, pelos velhos caminhos. Por aonde ir? Os movimentos sociais que deram a pauta em algum momento foram tragados, só restou o MST, e ele é anacrônico. O movimento social vigoroso que restou é rigorosamente anacrônico. Ele quer de novo o país de três alqueires e uma vaca. Não é mais esse o problema. Esse problema foi superado, está para lá disso. O Brasil é um paradoxo constante, um país de famintos que é o maior exportador mundial de carnes. Quem já viu uma coisa dessas? Portanto, o projeto dos três alqueires e uma vaca está superado. O que se trata é de outra coisa. O que se trata é de realmente apropriar de forma pública e democrática essa superação. É colocar o “Maggi” no fundo da panela, de onde ele não devia ter nunca saído, e apropriar esse enorme avanço que o agronegócio fez. Deixar de pensar em escolhas fáceis, elas não são mais fáceis, elas requerem uma alta complexidade política e social.

Uma vez eu estava em um seminário do PT discutindo com ninguém menos que João Pedro Stédile, estava discutindo um *paper*, tentando desemaranhar da estrutura de classe brasileira e João Pedro veio e me disse facilmente: existe a burguesia, os latifundiários... e eu disse: que fácil João! E por que você não pega eles e os enforca todos como prometeu Voltaire um dia? “Enforca o último burguês nas tripas do último cura!” Por que você não faz isso? Porque você não pode João! Porque os seus assentamentos só existem se o Estado brasileiro der dinheiro e pára de conversa.

Não é, portanto, voltar, nem dar um passo atrás. O velho mestre insuperável, e o tático mais eminente que a política mundial criou, chamava-se Vladimir Lênin e ele disse que era preciso dar um passo atrás e dois para frente. É isso que temos que fazer! É um passo atrás e dois para frente e vocês do IPEA estão com a massa na mão.

Vamos amassar essa massa, senão só haverá espaço para políticas funcionais. Vocês serão convocados para desenhar em minúcias a cesta básica. O salário mínimo decretado por Vargas em 40 tinha mais dignidade semântica, ele chamava-se mínimo mesmo. E não esta estória de cesta básica, isso é tucânes segundo José Simão, que é o melhor analista político do Brasil. E tenho dito.

DEBATE:

Marco Aurélio Nogueira (concepções de desenvolvimento)

As diferenças entre as sociedades torna muito difícil que copiemos o que deu certo em outros países. Agora, o fato de se ter países desenvolvidos e países não desenvolvidos, ou menos desenvolvidos, é uma prova de que é possível desenvolver as economias, as sociedades. A questão é que parece que toda a discussão está na definição dos requisitos específicos de uma sociedade para dar esse salto pra frente. Aí é que está a dificuldade. Quando eu digo que não há uma idéia consensual de desenvolvimento, eu não estou dizendo que não há a idéia de desenvolvimento. Só não há uma idéia de desenvolvimento consensual. E temos que descobrir, primeiro, qual é o horizonte de desenvolvimento que procuramos para o Brasil para os próximos anos. Eu, por exemplo, não me conformo com a idéia do Banco Mundial de que nós teremos alguma chance, se tudo der certo, e é difícil de saber o que significa “se tudo der certo”, de que em 2050, nós teremos chegado ao padrão de vida do Japão. Não dá, não é satisfatório isso. Então nós teremos que abrir essa caixa preta e colocar claramente. Nós somos condenados a correr atrás do desenvolvimento, é real isso. Agora o ritmo dessa corrida vai ter que ser mensurado, definido, em razão das possibilidades da sociedade. Se você corre muito depressa, atropela gente demais. Ou seja, não existe um método correto, uma medida correta do que é um desenvolvimento desejado. Estou falando como alguém que não é economista. Eu deixaria os economistas falarem que fixar um padrão de desenvolvimento é difícil, porque nós temos que crescer tantos por cento ao ano. Tudo bem, pode ser que seja verdade, mas é possível? Qual é o crescimento razoável, interessante?

(sobre a necessidade de um reaparelhamento do Estado)

Por que nós precisamos de Estado? Primeiro porque o Estado foi destruído. E ele foi destruído por uma interação cruzada de globalização, que é um processo duro, objetivo, e neoliberalismo, que é um projeto político, que foi assimilado pelo Brasil, assimilado em vários lugares, e que conduziu o fluxo da globalização, no sentido de uma destruição induzida, programada, do Estado. Nós não temos Estado hoje para interferir. Nós precisamos recuperar o Estado. Há tempos atrás eu escrevi um livro chamado “Um Estado para a sociedade civil”¹⁰. Hoje eu acho que deveria escrever outro, chamado “Um Estado para o Estado”, porque, na verdade, nós precisamos reestatizar o Estado. O Estado foi, de algum modo, privatizado em um nível tal que ele se tornou inofensivo ao mercado, no sentido de que ele não é capaz de direcionar mais a sociedade. Então por isso eu trouxe a idéia de que, se nós queremos pensar em coalizões, nós temos que pensar coalizões que abracem o Estado, que não sejam criadas por ele, porque ele não tem hoje, no meu modo de ver, força e potência, para criar as coalizões. As coalizões têm que nascer com a força do Estado e de outras forças sociais, com um arranjo que envolva o Estado, que envolva o aparelho do Estado. Essa é a idéia para impregnar o aparelho do Estado de uma perspectiva de comunidade política que foi, aos poucos, sendo tirada do Estado. O Estado ficou mais aparelho do Estado do que comunidade política. Então, ele teria que ser, de novo, impregnado dessa perspectiva.

10. Nogueira, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil*. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

(relação entre Estado e sociedade)

A sociedade escapa do Estado, está quase que de costas para o Estado. Tem uma parte da sociedade, a parte pobre, que está de peito aberto para o Estado porque precisa de proteção. O único ente, o único espaço que pode proteger os mais pobres é o Estado. Mas o resto do Brasil é complexo, é heterogêneo, o Estado não tem capacidade de trazer. Poderia haver alguma saída nos partidos, mas hoje eu acho que os partidos também não traduzem adequadamente a sociedade. Eles não dialogam com a sociedade, por falha nos partidos. Aí eu teria que abrir uma discussão complicada, mas eu acho que não é só por falha dos partidos, porque também nos lugares onde os partidos eram ótimos eles naufragaram. Hoje você não tem mais na Itália uma coalizão “partido comunista-democracia cristã”, até mesmo porque os dois partidos acabaram, quase que num processo de síntese, porque a democracia de esquerda hoje na Itália é de comunistas e de democratas cristãos, misturados. Ficou uma coisa extremamente esquisita. Mas lá atrás a coalizão dos partidos deu certo porque eles traduziam a sociedade. Aqueles partidos eram de massa e liam a cultura daquela sociedade. Os nossos partidos não são isso. Talvez nunca tenham sido. Talvez no passado tenham sido, tentaram ser, mas agora não são mais, porque não sabem fazer isso, porque a sociedade ficou livre, escapa, como escapou dos partidos na Europa. Então, é um problema complicado esse das coalizões. É um pouco uma visão meio habermmasiana¹¹ a que eu estou querendo imaginar.

Você tem hoje uma sociedade no mundo pós-nacional e se você quiser governar esse treco, você vai ter que ir além dos Estados-Nação localizadamente. Você vai ter que mobilizar outras coisas que escapam do Estado-Nação. Forças sociais que estão por aí, organismos multilaterais da sociedade civil, uma série de coisas que não são estatais e que vão ter que ser mobilizadas para qualquer tipo de esforço que venhamos a fazer. Agora, isso posto, eu acho que nós temos que estatizar, sim, o desenvolvimento, mas de uma maneira nova. O único personagem não é, não pode ser o Estado. Primeiro porque ele não existe, e segundo porque ele não teria condições, mesmo que nós trouxéssemos de volta os elementos que davam capacidade de intervenção. Eu acho que um Estado com capacidade de intervenção não teria capacidade de interpelação dessa sociedade que está aí. Então teríamos que pensar a coisa um passo além, ou dois passos além do Estado, no sentido estrito da expressão, que é tido como aparelho do Estado ou sistema político balizado pelo Estado. Existe um campo para discussão sobre quais áreas o Estado deve agir de modo concentrado. Isso é uma questão que tem a ver com o projeto, com a própria coalizão, com a idéia, com os ritmos de desenvolvimento e com o padrão de desenvolvimento. Se quisermos um desenvolvimento que seja efetivamente criador de comunidade política, o Estado vai ter que jogar pesado, não só na área social, mas na área econômica também. Então é uma escolha muito difícil, porque se caminha sempre por um fio de linha extremamente estreito, difícil de ser visualizado.

11. Referência à Jürgen Habermas, filósofo alemão, autor da teoria da ação comunicativa. Em seu livro *A constelação pós-nacional* (São Paulo: Littera Mundi, 2001) o autor discorre sobre o tema do Estado nos marcos da globalização, e sobre a formação de uma noção de cidadania que não mais se restringiria às fronteiras do Estado-nação.

Francisco de Oliveira

(Estado como agenciador do desenvolvimento)

Se olharmos a história do sistema capitalista nos últimos cem anos, o que é marcante é que ela, salvo em dois casos, tem a indústria como motor da divisão do trabalho, tem na ação estatal o seu ponto central. E nessas duas exceções é bom ir com cuidado. As duas exceções são, classicamente, a Inglaterra e os Estados Unidos, onde parece que deu certo o modelo de mercado. Mesmo aí é falso. Não precisa ser sociólogo, nem historiador. Basta ir a uma boa distribuidora de CD e DVD em Brasília e alugar todos os filmes de John Wayne. O progresso norte-americano foi aberto a ferro e fogo pela cavalaria em direção ao Oeste. Em questão de ausência do Estado, mentira. Patrocínio forçado do Estado fazendo aquilo que Karl Marx chamaria de acumulação primitiva, abrindo as terras indígenas e dando-as, de graça, para as grandes ferrovias. Então, no caso americano, mentira.

No caso inglês, mentira ainda maior. A Royal Navy¹² aqui, no Brasil, na metade do século XIX, colocou seus navios para impedir o tráfico de escravos. A história liberal de auto-construção do capitalismo é uma deslavada mentira. Em todos os casos houve uma ação estatal fortíssima.

Nos casos mais clássicos, que viraram bibliografia, viraram estudos clássicos, são os da Alemanha, Itália e Japão. Houve ação estatal forte, intervencionista mesmo, orientada teoricamente por clássicos do pensamento teórico político. A Alemanha é o caso paradigmático. Mas o Japão também, e a Itália que a gente só conhece pelo lado do fascismo, o fascismo foi aquilo que levou a Itália de um país semi-feudal a ser o que foi, hoje já não é mais, a sétima economia capitalista do mundo. Nesse caso é bom a gente gostar de cinema. Basta ir a uma locadora de novo e pegar os clássicos do neo-realista italiano. A Itália do pós-guerra era um país de famintos. O clássico de Vittorio de Sica se chama *Ladrões de bicicleta*. Roubava-se bicicleta na Itália! Foi a força estatal, amparada por uma coalizão política *sui generis* para nossa visão, que não deveria ser tão *sui generis* para a visão brasileira, *sui generis* porque, quais foram os atores principais do desenvolvimento italiano no pós-guerra? O Partido Democrata Cristão e o Partido Comunista. A Itália moderna é resultado disto. Depois se desfizeram e está aí, Berlusconi de novo. Não é tão difícil, vão às locadoras e aluguem os filmes. Está registrado, isso é história. De modo que não há casos exitosos sem uma forte ação estatal.

E o caso brasileiro deveria nos ensinar. Esta industrialização brasileira, este nó que consagra Brasília, era de um partido rural em Minas. O PSD era um partido rural em Minas Gerais. Quem fez o Brasil industrial foram dois partidos de origem rural. Não foi a burguesia de São Paulo coisíssima nenhuma. A burguesia de São Paulo era contra a industrialização. O *Estadão*, esse órgão eminente da burrice nacional, que o Marco Aurélio trata de corrigir na coluna dele, o *Estadão* utilizava Eugênio Gudin¹³ pra dizer que a industrialização que o Juscelino Kubitschek fazia era artificial. E

12. Marinha Real britânica. Considerada como a mais poderosa do mundo entre meados do século XVII e a Primeira Guerra Mundial, foi modelo e escola para diversas Marinhas do mundo.

13. Ministro da Fazenda entre 1954 e 1955.

existe alguma industrialização que não seja artificial? Pregava contra. A burguesia de São Paulo era anti-industrial. Quem fez a industrialização brasileira foram dois partidos antípodas.

E não é nenhuma estadolatria, eu não sou estadólatra, até mesmo porque já fui para cadeia várias vezes e eu sei o que é a mão pesada do Estado. Mas foi essa a instituição que foi capaz de transformar o Estado líquido em Estado concreto. Em certas situações, tem que ser induzido pelo Estado. A diferença é que você tenha, de fato, uma coalizão social e política capaz de sustentar e capaz de evitar os horrores que o sistema autoritário pode produzir. Na nossa situação de país periférico, esse povão que forma o Estado líquido, não tem outra forma de se organizar a não ser via Estado. Mas é preciso que ele esteja altamente representado nas instituições para isso não se transformar em um caminho autoritário. Mas a história do capitalismo, longe do romance ideal, liberal, é mentira. Foi feito a ferro e fogo, pagando um preço muito caro em vidas. E não é só a história do socialismo. Muito antes da União Soviética cometer a barbárie que cometeu, o capitalismo já o fazia. Vocês têm idéia, e muitos devem ter, quanto custou aquilo que, eufemisticamente chamamos de imigração dos africanos para o Brasil, imigração de 6 milhões de seres humanos? Daqui não podia sair mercado livre. Está ausente. Está fora de esquadro. O drama é que exatamente quando – e este é um paradoxo importante e interessante de estudar – as forças sociais conseguem chegar à arena política, é que começa a cantilena contra o Estado, exatamente depois dos anos da ditadura.

E o pior é que alguns desses atores fundamentais que se fizeram por essa via acreditaram nessa história. E o pior é que o Fernando Henrique Cardoso tenha acreditado na lenda que ele próprio inventou. Ele não tinha o direito de acreditar, posto que era um excelente sociólogo. Ele tinha o conhecimento sociológico necessário para não acreditar naquela bobagem. Por que acreditou? Ora, pergunte ao fantasma de Sergio Mota que ele vai responder porque ele acreditou. O que não pode é o PT e as forças que ele mobiliza acreditarem nisso. Porque aí vai para o brejo, mesmo. Porque aí o que é que vai restar? Vai restar essa nação dividida, que pode ser uma das coalizões possíveis e perversas, dividida entre uma altíssima concentração de renda, de um lado, e um bando de miseráveis, do outro. Aí você tem que saltar esse fosso e vai dar no quê? Vai dar em autoritarismo. Não se enganem. A história não tem atalhos. Vai dar, pode dar, numa ditadura miserável para saltar o fosso, cada vez maior, que o Brasil está criando, entre os muito pobres e os muito ricos. Por enquanto, você dribla o problema com as políticas funcionais. Bota aqui um guarda-chuva, outro guarda-chuva acolá, de repente dá um dilúvio e você vai botar o guarda-chuva aonde? Não tem alternativa. A questão é lograr grau de organização social e política capaz, exatamente, de controlar o Estado. Nós não precisamos de ausência do Estado, precisamos de controle sobre as forças do Estado. E usá-la de forma discriminada e discriminatória contras as forças que se opõem a isso.